

4.5 LÍNGUA E LINGUAGEM

4.5.1 “Não procure o posto de saúde, procure o Ministério Público”

Cláudio Márcio Bernardes

Oficial do Ministério Público.

Bacharel em Letras. Pós-graduado em Lingüística.

Bacharel em Direito. Pós-graduando em Direito Público



Cláudio Márcio Bernardes

Do ponto de vista lingüístico, não existe língua “feia” ou “bonita”, como costuma conjecturar o senso comum. Da mesma forma, não corresponde à verdade o fato de colocar-se a língua Portuguesa no rol dos códigos indecifráveis.

Não podemos perder de vista a nossa composição étnica e, no seu bojo, a imensa variedade cultural que nos foi legada. Talvez por essa razão, imprimiu-se na nossa língua uma flexibilidade sem precedentes. É o que se pode notar na distância semântica entre: meu **grande amigo** e meu **amigo grande**; entre: **algum indivíduo** e **indivíduo algum**; entre: um **servidor simples** e um **simples servidor**. Isso não ocorre com a língua inglesa, por exemplo, em que se destaca a expressão: “old Brazilian”, sem nenhuma outra variação possível, formal ou de significado. Convenhamos, aqui entre nós, que, em determinados contextos, uma coisa é dizer **velho brasileiro** e outra, bem diferente, **brasileiro velho**. “Ai, palavras, ai, palavras, / Que estranha potência a vossa!”. No *Romanceiro da Inconfidência*, Cecília Meireles, em belos versos, reconhece a magnitude da expressão humana.

Pois bem, a Constituição da República, logo de início, em seu artigo 1º, oferece-nos uma interessante demonstração da multiplicidade de arranjos lingüísticos decorrentes da “riqueza” do nosso vernáculo e que, por conseqüência, resulta na variedade de significados. É o que se depreende do referido dispositivo, em seu parágrafo único: “Todo o poder emana do povo...”. Não se trata de um poder fracionário, o que seria entendido, com a ausência do artigo, na expressão: todo poder (um poder qualquer). Em relevo, o parágrafo proclama o povo como o detentor máximo do poder, na sua integridade, proclamada por um simples artigo definido. De tal maneira também deve ser objetiva a sua interpretação. É o que se vislumbra adiante.

O que dizer do sentido dado pela Constituição ao

artigo 1º, quando um político bate no peito e orgulha-se de que no “seu mandato” irá fazer e acontecer? Mas, não, senhor candidato, o mandato não é do senhor. É do mais legítimo representante do Estado Democrático de Direito: o povo. Dentro desse significante, incluem-se os desdentados, os famintos, os analfabetos, os sem-teto, os sem-terra, os que já não suportam mais ouvir falar em mensalões, mensalinhos e renúncias estratégicas. Que fio de esperança resta-lhes, então, quando o político-do-“meu”-mandato só raciocina por fisiologismos? É aí que deve atuar o guardião da ordem jurídica e do Estado Democrático: o Ministério Público.

Mais uma vez, recorrendo à força das palavras, ao Órgão Ministerial costuma ser atribuída a denominação: *parquet*, concepção que parece remontar a um órgão encastelado, inerte, sobre um tablado real. Mas, *contrário sensu*, revela-se atuante, ao dar vazão ao clamor das coletividades. Para executar tal mister, materializa-se em representações, com o fim de evitar danos futuros. Emite Termos de Ajustamento de Conduta. Fiscaliza e, com isso, às vezes, incomoda poderosos, na sua função de *custos legis*. Como se não bastasse, auxilia no controle de constitucionalidade, a exemplo da propositura da ADI, pela CONAMP, resultando na declaração de inconstitucionalidade da casuística Lei 10.628/02, que estendia o foro por prerrogativa de função ao político envolvido em crimes, para depois de seu mandato. Tudo isso, com o fim inequívoco de defender os interesse sociais e metaindividuais.

E, finalmente, no que diz respeito às pessoas que “humanificam” a Instituição: os seus membros, servidores e auxiliares em geral, nunca devem perder de vista a ideologia que se abstrai de uma simples frase, mas de alto teor conteudístico, estampada num muro em uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte: “não procure o posto de saúde, procure o Ministério Público”. Como se pode conferir, a linguagem pode expressar muito mais do que uma mera combinação de palavras; pode representar uma “estranha potência”, uma bandeira. E quem está no centro dela? “Todo o povo - principalmente o que nem chega ao *guichê* de atendimento do posto de saúde”.